



# **Moção Política sobre as Grandes Opções de Governo**

12.agosto.2014

# MOBILIZAR PORTUGAL

## RAZÕES PARA AGIR

Há momentos na vida de um país em que não podemos olhar para o lado.

**Portugal precisa de recuperar ambição estratégica, de iniciar a sua recuperação económica e social, de afirmar uma nova atitude na União Europeia de ganhar estabilidade e confiança.**

**É responsabilidade do PS construir uma nova maioria de Governo, que mobilize Portugal, na garantia de uma sociedade decente de um estado mais democrático, de uma agenda para a década que nos permita vencer os obstáculos estruturais que asfixiam o nosso desenvolvimento.**

**Três anos volvidos sobre a chegada ao poder do Governo de coligação entre o PSD e o CDS, a sociedade portuguesa revela uma clara vontade de mudar de estratégia, de políticas e de protagonistas. Uma ampla maioria social recusa a dinâmica de retrocesso social, a lógica de confronto permanente, o impasse político, a incerteza generalizada.**

Três anos de governo PSD/CDS instalaram em Portugal uma dinâmica de retrocesso social; uma lógica de permanente confronto social, político e institucional; um bloqueio ao crescimento, ligado a movimentos longos da economia nacional agravados por três anos de política económica baseada exclusivamente na austeridade. E criaram mais descrença na própria democracia e na Europa.

Portugal perdeu, desde 2011, mais de 330 mil empregos e voltou a valores de população empregada equivalentes aos registados em 1995, comprometendo a inversão do empobrecimento e ameaçando a sustentabilidade do Estado social.

O desemprego ultrapassou os 15% em 2013. Atingindo mais de 37% entre os jovens, provocou um adiamento maciço de projetos de vida. Os mais de 13% de desempregados com mais de 55 anos representam o drama de uma geração que começou a ser afastada precocemente do mercado de trabalho e cujo regresso, em muitos casos, é extremamente difícil.

Entre 2009 e 2012, mais 700.000 pessoas passaram a viver abaixo do que era considerado em 2009 o limiar de pobreza em Portugal, estando hoje nessa condição 2,5 milhões de mulheres, homens e crianças.

Agravaram-se as desigualdades sociais. As políticas de austeridade provocaram um nivelamento por baixo entre os rendimentos salariais médios e os mais baixos, ao mesmo tempo que aumentou a diferença entre os rendimentos salariais médios e os mais altos. Desinvestimos no esforço de recuperação do défice de qualificações, o que agrava as desigualdades sociais e prolonga um dos principais bloqueios à modernização da economia. Essa tendência acentuou-se com o desperdício da geração mais qualificada de sempre: mais de 95 mil pessoas deixam anualmente o país à procura de trabalho e de oportunidades.

Como estratégia política, a maioria PSD/CDS tem fomentado a divisão e o conflito na sociedade portuguesa: entre os mais jovens e os mais velhos, entre os funcionários públicos e os restantes trabalhadores, entre o interior e o litoral, entre os pensionistas e os trabalhadores ativos.

A lógica de confronto como método político traduziu-se na permanente desvalorização da concertação social e num ataque persistente à negociação coletiva. Atingiu o próprio coração do

Estado de Direito Democrático, com uma governação que desafia reiteradamente a Constituição da República Portuguesa e provoca o conflito institucional com o Tribunal Constitucional.

Desde o início do século que Portugal se confronta com um conjunto de impasses, que culminaram na situação presente: uma economia que não ultrapassou as suas fragilidades e que se encontra hoje bloqueada entre o cumprimento dos compromissos assumidos em matéria orçamental, a necessidade de reduzir os custos da dívida e a inexistência de condições para assegurar maiores níveis de crescimento económico e de desenvolvimento.

Os dados do PIB traduzem bem esse impasse: o crescimento anémico desde a viragem do século, as recessões de 2004 e 2008/9, tendo esta chegado quando se registava finalmente o início de uma tendência de crescimento económico. À crise financeira internacional somou-se a crise das dívidas europeias, em grande medida agravada pela desastrosa política de austeridade. Em resultado, para encontramos um valor do PIB idêntico ao registado no primeiro trimestre de 2014, temos de recuar ao ano de 2001.

E se considerarmos aquela variável que é estratégica para preparar o futuro – o investimento – será necessário recuarmos a antes de 1995 para encontramos valores tão baixos como os atuais.

A incerteza permanente, na área fiscal, nos rendimentos dos trabalhadores e pensionistas, minam a confiança e comprometem a retoma do investimento.

E com tudo isto, teremos sido eficazes na prossecução do objetivo central do programa de ajustamento, o controlo da dívida pública? Nem isso. A dívida pública, hoje acima dos 130% do PIB, ultrapassa em cerca de 15 pontos percentuais o objetivo fixado pelo programa de ajustamento e é hoje mais pesada do que em 2010.

**Para os socialistas, o desafio é, portanto, travar esta dinâmica de retrocesso social e reduzir as desigualdades. Travar a lógica do confronto e promover a coesão nacional. Desbloquear o crescimento sustentável e gerador de emprego. Por isso é, hoje, fundamental a capacidade de mobilizar forças para repor um clima de normalidade institucional e de concertação social. Esse é o desafio a que os socialistas responderão pelas suas propostas e ação política.**

## A RESPONSABILIDADE DO PS

É necessária uma resposta política aos bloqueios e impasses que estão identificados, sob pena de poder juntar-se à crise económica e social uma crise grave da representação política. O contínuo aumento da abstenção, a descida acentuada das taxas de sindicalização, a descida constante nos indicadores de confiança na democracia, são sinais, portugueses e europeus, que devem alimentar a nossa reflexão – e, mais do que isso, a nossa ação. Por isso, o PS tem hoje uma responsabilidade acrescida perante a comunidade nacional.

**A responsabilidade do PS é transformar a “maioria do contra” numa maioria de governo, liderar a construção de uma nova maioria política, consonante com uma nova maioria social, capaz de empreender um novo caminho para Portugal.** O radicalismo ideológico, a violência social, a falta de resultados deslocaram as fronteiras políticas tradicionais, como o demonstra a derrota histórica dos partidos do governo nas eleições europeias, existindo uma ampla maioria que anseia por uma alternativa de governo.

Um mero rotativismo entre partidos diferentes para fazer aproximadamente o mesmo daria aos cidadãos a justificada desconfiança de que os partidos fogem ao seu dever democrático de oferecer ao País a oportunidade de uma verdadeira escolha. **A alternância sem alternativa, em tão grave momento, criaria mais desilusão, mais descrença, mais desconfiança. O país precisa agora de uma viragem: novas políticas, novos métodos, novos protagonistas.**

**Só um PS forte será capaz de Mobilizar Portugal.** Um PS que se resigne a ganhar por pouco, acederá, eventualmente, ao poder, mas sem capacidade para imprimir à governação um rumo verdadeiramente novo. O desencanto que daí resultaria seria grave para a própria democracia. O PS não pensa ser a única força necessária para dar um novo fôlego a Portugal – mas o PS sabe que é sua responsabilidade, agora, ser o agregador determinante de uma nova maioria política e social. Em democracia há sempre alternativas e o PS assume a responsabilidade da sua construção.

**É claro que o PS entende que uma maioria absoluta no Parlamento lhe dará melhores condições para Mobilizar Portugal. Mas nem uma maioria absoluta desviará o PS da procura dos compromissos políticos alargados e dos acordos de concertação social que melhor alicerquem a mudança necessária no horizonte de uma década.**

**O tão abusado conceito de “arco da governação” não pode servir para justificar a exclusão sistemática de certos partidos da responsabilidade de governar. É na sua pluralidade que o Parlamento representa o país e não há qualquer razão para o PS ignorar as aspirações dos eleitores representados pelos partidos à sua esquerda.** Os apelos ao consenso e ao compromisso não podem ser instrumentalizados, como já foram, para tentar proteger as políticas do atual governo para lá de futuras eleições. **O país não precisa de consensos artificiais e opacos** para que tudo fique na mesma. **O que o país precisa é de compromissos transparentes e assumidos,** onde as diferenças são o ponto de partida para convergências sólidas e relevantes, em torno de uma estratégia que vá para além de uma legislatura.

Há um problema de governabilidade à esquerda, com raízes históricas e ideológicas profundas, que tem dado uma inaceitável vantagem estratégica à direita. A gravidade do momento presente obriga a enfrentar esse problema. **Que uma parte significativa do eleitorado há décadas não se envolva em nenhuma solução de governo, representa um empobrecimento da democracia.** Só por si, a contestação e a oposição não resolvem os problemas dos portugueses. **A esquerda que no Parlamento se senta à esquerda do PS não pode voltar a enganar-se de adversário,** porque no passado cometeu erros de avaliação que foram determinantes para eleger o atual governo PSD/CDS.

**A necessidade da alternativa não permite deixar os portugueses na incerteza da governabilidade. Por isso, PS assume a responsabilidade de construir uma nova maioria para um novo ciclo.**

## UM COMPROMISSO PARA A ESTABILIDADE E A CONFIANÇA

### Estabilidade e Confiança – pilares de uma nova política

Nos últimos anos, as decisões políticas e a vida dos portugueses foram dominadas pela incerteza e pela instabilidade. Essa incerteza foi fruto de uma estratégia política de ameaça constante aos direitos garantidos constitucionalmente e da imprevisibilidade das medidas que afetam o rendimento das famílias e o investimento das empresas.

A instabilidade e a incerteza diminuem a confiança das pessoas na política e no Estado. A incerteza e a instabilidade condicionam as expectativas de cidadãos e de empresas e atingem fortemente as condições de crescimento económico. A incerteza e a instabilidade minam a capacidade de uma sociedade se mobilizar para enfrentar os seus desafios e reduzem fortemente a capacidade de definição de uma estratégia para sair da crise e preparar o futuro.

**A estabilidade e a confiança são pilares fundamentais na construção de uma agenda política para o futuro. A estratégia de conflito deve ser substituída por uma lógica de compromissos de longo prazo em torno da garantia de uma sociedade decente e de um estado mais democrático.**

### Garantir uma sociedade decente

**Uma sociedade decente é uma sociedade de pessoas com direitos, onde ninguém é abandonado às circunstâncias do assistencialismo.** Numa sociedade decente, o mérito, o esforço, o contributo para o bem comum, têm de valer mais do que o berço. Numa sociedade decente combatem-se as desigualdades profundas, acumuladas, desproporcionadas ao mérito e injustas, que são tão capazes de destruir o laço social como o igualitarismo extremo.

A construção de uma sociedade decente requer um **Estado social** sustentável, onde as exigências de eficiência económica não justifiquem as tentativas de preterir princípios fundamentais consagrados na nossa Constituição, que não protege apenas direitos cívicos e políticos, mas também direitos económicos, sociais e culturais.

**Um Estado que não humilhe os cidadãos, um Estado respeitador, que combata a exclusão e a discriminação.** Um Estado que promova a autonomia dos indivíduos e das famílias, sendo assim fator de reforço de uma **comunidade de cidadãos**, onde se criam novos espaços de participação cívica, novas formas de articulação entre os poderes públicos e a sociedade organizada, onde a iniciativa privada e a iniciativa social são respeitadas, incentivadas e apoiadas numa ótica de bem comum.

**Mobilizar Portugal para a construção de uma sociedade decente implica um investimento político alargado na promoção da igualdade de género.** É preciso integrar em todas as políticas a dimensão de género, porque a discriminação das mulheres é multifacetada e agrava outras formas de discriminação. É preciso promover a participação das mulheres em lugares de decisão na atividade política e económica; o princípio “salário igual para trabalho igual e de igual valor” tem de ser efetivado; é preciso aprofundar as políticas de conciliação entre vida familiar e vida

profissional para homens e mulheres, incluindo uma maior partilha das responsabilidades parentais.

**Uma sociedade decente pressupõe hoje um capitalismo regulado** – que não permita que o mercado de trabalho seja campo de relações de opressão; que não destrua a natureza; que promova a criação de riqueza sem aumentar as desigualdades que destroem a coesão social; que combata a evasão fiscal e a concorrência fiscal desleal, que tanto contribuem para a distribuição desigual do rendimento em todo o mundo.

Em Portugal, com um longo caminho de recuperação a fazer em relação aos níveis de desenvolvimento tecnológico dos países mais ricos da zona euro, o Estado tem de ser mais do que um facilitador da iniciativa empresarial privada. **O Estado pode e deve ser promotor** de investimentos de longo prazo em investigação e desenvolvimento, sabendo que o retorno não será imediato. O Estado pode e deve fazer opções estratégicas de apoio ao investimento privado no curto e no médio prazo, acrescentando à iniciativa privada, que legitimamente busca o lucro, a perspetiva do bem comum.

Um **Estado promotor** será favorável à iniciativa empresarial privada, sendo capaz de incrementar fatores de competitividade empresarial efetivos, que passam, por exemplo, pela estabilidade fiscal, laboral, legislativa e regulatória; por um ambiente de negócios desburocratizado e com custos de contexto reduzidos; por um sistema de justiça eficiente; por condições de financiamento adequadas; por ligações apropriadas entre a investigação científica e tecnológica e a inovação empresarial; por infraestruturas energéticas, de comunicação e inserção nas redes globais; por uma política industrial inteligente, que deveria ser potenciada pelo adequado uso dos fundos estruturais.

### Um Estado mais democrático

**O Estado que é necessário para a construção de uma sociedade decente tem de ser também um Estado mais democrático.** Nessa ambição de continuar a ser motor da democratização da democracia, o PS honra a sua história. Foi com maiorias do PS que, por exemplo, se aprovou a lei da paridade e que se introduziu a limitação dos mandatos executivos autárquicos e, nos Açores, dos mandatos regionais.

O sistema eleitoral tem garantido a satisfação de dois desideratos importantes para a sustentabilidade da democracia portuguesa: alternância democrática e governabilidade. Contudo, a qualidade da democracia é um processo de exigência contínua e os últimos anos têm mostrado, em Portugal e em outros países, um problema de representatividade do sistema. Isto é, muitos cidadãos deixam de exercer a sua capacidade eleitoral e muitos eleitores ressentem-se de uma relação distante, abstrata ou meramente formal com os seus representantes. Corremos o risco de que esta crise da representação abra caminho a derivas populistas. Contudo, esse perigo não pode ser enfrentado cedendo às bandeiras populistas. Por exemplo, não podemos aceitar que uma eventual redução excessiva do número de deputados venha a distorcer fortemente a proporcionalidade, assim prejudicando artificialmente a representação parlamentar de correntes significativas da opinião e dificultando ainda mais uma adequada representação regional. Quem

pense que essa pode ser a via do PS, não compreende o compromisso forte dos socialistas com a democratização da democracia.

**Para aumentar a qualidade da democracia e da participação política é necessária a revisão do sistema eleitoral para a Assembleia da República e do sistema de governo das autarquias locais.**

As prioridades são a melhoria da representatividade e a aproximação dos eleitos em relação aos eleitores, sem prejuízo das condições de governabilidade, e a melhor informação e prestação de contas pelo exercício dos mandatos.

No caso do Parlamento, proporemos ao país **a reforma do sistema eleitoral no sentido de uma representação proporcional personalizada, introduzindo círculos uninominais** que, numa adequada composição com círculo plurinominais, garantam uma relação mais próxima, personalizada e responsabilizante entre o eleito e o eleitor. Foram nesse sentido as propostas que o PS apresentou nesta matéria quando teve responsabilidades governativas e que foram inviabilizadas pelos restantes partidos com representação na Assembleia da República.

Precisamos de dar novos passos significativos que desbloqueiem a **democratização e modernização do Estado ao nível das regiões do território continental**, ultrapassando o impasse resultante do referendo sobre as regiões administrativas. Continua a ser necessário criar novas dinâmicas de desenvolvimento regional, favoráveis a políticas públicas mais apropriadas às especificidades dos diferentes territórios, capazes de combinar maior proximidade dos cidadãos à decisão com escala para responder a problemas de âmbito regional. Só através da gradual implementação de uma estrutura regional com aceitação e identidade histórico-cultural, com escala territorial e populacional, com dimensão crítica e com legitimidade democrática é que se poderá empreender uma verdadeira política de desenvolvimento regional. O novo modelo de governação regional deverá ainda ter presente a delimitação territorial das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (sedimentada e relativamente consensualizada ao longo de mais três décadas) e a evidente necessidade de tratamento diferenciado das suas Áreas Metropolitanas (resultante da especificidade destas realidades urbanas do ponto de vista político, funcional, territorial, social, económico e cultural). **Assim, o próximo passo será a descentralização de competências para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e a sua democratização, com a eleição dos respetivos órgãos de governo por todos os autarcas de cada região**, até ao nível de freguesia. No que se refere às Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, é tempo de criar verdadeiras Autarquias Metropolitanas com competências efetivas.

A melhoria da qualidade da democracia e da participação política também se pode fazer através de outras medidas, mais pontuais, mas motivadoras. Neste sentido, são caminhos a explorar o alargamento do voto antecipado, a possibilidade do voto fora da área de residência ou o alargamento das boas experiências de orçamento participativo, que vários municípios já realizam, a outros domínios, nomeadamente a áreas do Orçamento de Estado.

**Condição essencial de um estado mais democrático é a garantia da igualdade de todos perante a lei, da transparência e legalidade no funcionamento da administração, na prevenção e repressão da corrupção, sendo necessário restabelecer elevados níveis de confiança no sistema de justiça.**



## Roteiro para a alternativa

Estas eleições primárias são a primeira etapa de um percurso que prosseguirá com as eleições diretas para Secretário-Geral do PS, a realização de um Congresso Nacional e as próximas eleições legislativas.

A par de uma estratégia de orientação política, importa definir agora as bases de um desenvolvimento programático nesta sequência, que culmina com a apresentação do Programa de Governo do PS às próximas eleições legislativas.

Se pensarmos como a direita pensa, acabamos a governar como a direita governa. **Não é possível encontrar um caminho para sair da atual crise se insistirmos na leitura falseada das suas causas**, designadamente ignorando os fatores estruturais que estão na sua raiz e o contexto internacional e europeu em que se desenvolveu.

**Portugal precisa de um governo que não se engane no diagnóstico acerca das nossas debilidades estruturais, para não as agravar ainda mais com estratégias de desvalorização interna.** A economia portuguesa não ganhará competitividade reduzindo o preço dos bens e serviços que já produz, mas produzindo bens e serviços diferentes, de maior valor acrescentado.

Quando a Europa avançou para a criação do euro, esperava-se que a eliminação do risco cambial, a queda das taxas de juro e o aprofundamento da integração financeira permitissem aos países da Coesão prosseguir a sua convergência real. No entanto, ao longo da década de 2000, quatro processos levaram à deterioração das condições de concorrência dos nossos setores exportadores tradicionais: a forte apreciação do euro; o alargamento aos países do Leste; a integração da China e outros países asiáticos no comércio internacional; e a insuficiente progressão relativa da sofisticação tecnológica e comercial de grande parte das nossas empresas exportadoras.

Apesar destas dificuldades, iniciámos, desde a adesão ao euro, algumas transformações estruturais de grande importância na nossa economia: o crescimento do peso das exportações de bens de média e alta tecnologia; a melhoria das qualificações; a criação das bases para reduzir os tradicionais défices energético e alimentar; o aumento no investimento público e privado em ciência e inovação; a modernização de setores tradicionais, como o calçado, o têxtil ou o agroalimentar.

Só teremos finanças públicas sãs com uma economia sã – e só teremos uma economia sã quando vencermos os bloqueios estruturais à nossa competitividade no quadro do euro na nova era da globalização. **O primeiro passo para construir uma alternativa é recuperar visão estratégica**, ter a ambição de atacar os problemas na raiz, dar um rumo estável e mobilizador ao país. Há que rasgar um horizonte que nos resgate do curto prazo, há que enfrentar os desafios estruturais para superar a conjuntura, há que assumir a dimensão europeia da defesa do interesse nacional.

As bases de uma nova governação do PS assentam em três vetores:

1. Uma Agenda para a Década, centrada nas condições estruturais de desenvolvimento, mobilizadora do compromisso político, da concertação social estratégica e do conjunto da

sociedade, assente em quatro pilares fundamentais: a valorização dos nossos recursos; a modernização do tecido empresarial e da administração pública; o investimento na cultura, ciência e educação; o reforço da coesão social.

2. Um Programa de Recuperação Económica e Social, que responda à urgência de travar a trajetória de retrocesso social e de relançamento da economia e da criação de emprego;
3. Uma nova atitude de Portugal na Europa, que defina uma estratégia de defesa dos interesses nacionais no contexto da União Europeia.

Estes vetores são desenvolvidos nos próximos pontos.

## UMA AGENDA PARA A DÉCADA

Portugal precisa de uma visão estratégica que fixe objetivos de médio prazo. Precisamos de uma agenda que nos permita olhar em frente, ter mais confiança no futuro e lançar as bases para um país mais próspero, mais eficiente, mais inovador, mais sustentável, mais coeso e solidário, mais culto, mais influente na União Europeia e no Mundo.

Uma ambição desta dimensão exige uma **continuidade nas políticas**, em torno das quais se agregarão as políticas setoriais. Uma **Agenda estratégica para uma década** que mobilize fortemente o conjunto da sociedade em torno de objetivos nacionais comuns.

A estratégia que propomos integra **quatro pilares** principais:

1. A valorização dos nossos recursos, as pessoas, o território, as nossas comunidades, a língua, e as relações privilegiadas com todos os que a falam.
2. A modernização das empresas e do Estado
3. O investimento no futuro, na cultura, na ciência e na educação
4. O Reforço da coesão social

### 1. Valorizar os nossos recursos: as pessoas, o território, as comunidades, a lusofonia

**As pessoas são o primeiro e o mais importante recurso do país.** A valorização das pessoas exige dar atenção à **qualificação dos jovens** e à sua empregabilidade. A valorização das pessoas exige cuidar da “**geração do meio**”, que perdeu o seu emprego ou se viu obrigada a reconverter a sua atividade profissional, e manter os **mais velhos** incluídos na sociedade, aproveitando a sua experiência de forma ativa. A valorização das pessoas exige dar atenção à **sustentabilidade demográfica** e às suas implicações a longo prazo.

Na construção de uma agenda com futuro, a dimensão “**território**” é indispensável para construir uma visão estratégica para o país que retire partido da sua diversidade territorial, do seu potencial agro-florestal, mineral e energético, de forma **sustentável do ponto de vista ambiental**. Uma agenda para o território exige que os processos de racionalização administrativa sejam articulados, garantindo o princípio da coesão territorial. Exige prestar atenção à **gestão integrada do património cultural e natural**, mas também investir na **qualidade de vida urbana**. Obriga a um novo olhar sobre o território continental, percebendo que, no mercado único europeu, as **regiões de fronteira** deixaram de ser interior e passaram a ser as regiões mais centrais num mercado ibérico com 60 milhões de consumidores, 6 milhões dos quais estão na imediata vizinhança.

Uma agenda para o território implica considerar a **autonomia das regiões insulares atlânticas** não só como um capital de reforço de coesão interna, mas também como um capital de projeção externa portuguesa. Exige romper com tradicionais desconfianças e com as políticas de isolamento dessas regiões, as quais têm sido práticas correntes da administração central, e desenvolver uma política efetiva de colaboração de modo a ultrapassar com sucesso os desafios de competitividade e sustentabilidade que essas regiões têm de vencer.

Uma agenda com futuro passa por afastar uma visão dicotómica terra-mar e **aproveitar as interações entre uma economia verde (na terra) e uma economia azul (no mar)**. Exige conhecer e valorizar de forma sustentável os recursos energéticos e minerais da Plataforma Continental e desenvolver uma estratégia inovadora de industrialização do **mar português**, sustentada no conhecimento científico e no desenvolvimento tecnológico. Exige uma estratégia que permita

valorizar as atividades marítimas tradicionais, o turismo, a posição estratégica de Portugal no Atlântico, reforçando e modernizando os portos portugueses de uma forma integrada com outras infraestruturas de articulação com as redes europeias.

A **lusofonia** constitui um legado histórico com grande significado e enorme alcance futuro. A sua valorização passa pela língua portuguesa, por saber mobilizar esse extraordinário recurso que é a rede da **diáspora das comunidades portuguesas no Mundo**. Mas não se esgota aí. Passa também pela construção em comum de novas parcerias com espaços e países onde se fala português que possam ser ganhadoras para todos os participantes, especialmente com base e ou a partir dos países da CPLP. Um novo impulso para este espaço comum deve assentar no desenvolvimento social e económico; na partilha de conhecimento com vista à participação plena na sociedade global; na cooperação sobre o mar; na construção de comunidades na ciência e na educação; num espaço de intercâmbio de pessoas e de partilha de cidadania, constante de uma carta de cidadania lusófona, com igualdade de direitos, garantia de mobilidade, incluindo as condições de fixação de residência e de prestação de trabalho, e o reconhecimento das qualificações profissionais e de portabilidade de direitos adquiridos.

## 2. Modernizar as empresas e do Estado

A modernização das empresas exige **superar as suas atuais debilidades**, encontrando soluções para os seus problemas estruturais, o investimento, os custos energéticos, as competências técnicas e científicas, e as qualificações. Esse processo deve enquadrar-se numa dinâmica estrutural de melhoria do nosso padrão de especialização económico, contribuindo assim para a modernização competitiva da economia portuguesa. Passa por facilitar a **transformação de boas ideias em bons negócios** sustentáveis. Exige olhar para o **mundo como uma oportunidade** e desenhar estratégias que permitam atrair riqueza do exterior, recursos qualificados, empreendedores, abrir novos canais de exportação e vencer em novos mercados.

Uma economia decente carece também, e cada vez mais, de legitimação social. As empresas devem ter obrigações e responsabilidades não apenas perante os seus acionistas, mas também perante os seus trabalhadores, os utentes e consumidores, e a comunidade local ou nacional em que se inserem. Um **pacto de responsabilidade empresarial** é, por isso, um fator decisivo na modernização do tecido empresarial.

A modernização passa também pelo **Estado**. É preciso um **Estado mais eficiente para uma economia mais competitiva**, que garanta as infraestruturas necessárias, o investimento na ciência necessário à inovação, a redução de custos de contexto, a segurança e proteção de pessoas e bens, uma justiça rápida e que constitua um serviço público de qualidade e transparente, o apoio estratégico ao investimento produtivo.

Um **Estado mais simples e inovador, para uma cidadania mais forte**, que não se baste por cumprir rigorosamente as suas rotinas, que use a tecnologia como instrumento de transformação, que repense os seus procedimentos de modo a torná-los mais simples, que se preocupe com a qualidade dos serviços públicos, com a participação dos cidadãos e com a qualidade da própria democracia. É preciso um Estado que valorize os seus trabalhadores, cuide da sua formação e das suas expectativas. Um Estado que modernize a sua gestão, premeie o mérito e incentive os inovadores.

É preciso um **Estado mais próximo para um país mais coeso**, que olhe para descentralização e a colaboração entre os diferentes níveis de administração como uma oportunidade de valorizar os seus recursos de forma mais eficiente, de aproximar os serviços dos seus utentes. Um Estado que confie nos seus cidadãos, vivam eles nas regiões autónomas ou nas regiões de interior continental. Um **Estado mais solidário para um país mais justo**, que de forma sustentável facilite

o acesso às mesmas oportunidades a todos os cidadãos, nos serviços essenciais que fazem a diferença para vida, como a educação, e nos serviços que permitem uma vida com qualidade, como a saúde.

É preciso um **Estado virado para o mundo, para um país viável**, que saiba gerir a sua presença em diferentes polos de influência de modo a torná-la uma oportunidade e não apenas uma ameaça. Desde logo na União Europeia, reforçando o seu papel na definição e condução das políticas que mais nos interessam. Um Estado que valorize outras relações de “proximidade” com a CPLP, o espaço económico ibérico e o espaço ibero-americano. País central do Atlântico, Portugal tem nesse espaço uma oportunidade de crescimento económico e até de aumentar o seu peso político na União Europeia. Sendo antes de mais europeu, lusófono, ibérico, ibero-americano e atlântico, Portugal não deixa de ser um país aberto ao Mundo, cosmopolita, que deve cultivar relações económicas, culturais e políticas com todos os países do mundo.

### 3. Investir no futuro

**Investir no futuro é construir uma sociedade assente no conhecimento, com iniciativa, criativa, confiante perante o risco dos desafios, das incertezas, dos processos de mudança. A cultura e a ciência são as bases do conhecimento que a educação difunde. Por isso, investir no futuro é também investir na ciência, na educação e na cultura.**

**Investir na capacidade transformadora da cultura** é investir numa sociedade decente que assenta em valores. Tal exige gerir esse investimento de forma transversal e integrada, aumentar a participação dos cidadãos nas atividades culturais, valorizar e dignificar os nossos autores e artistas, divulgar os nossos criadores em Portugal e no estrangeiro, tirar partido da economia criativa para disseminar inovação e gerar riqueza e emprego.

**Investir na ciência** para mais conhecimento, na ciência que é apropriada mais depressa, e na ciência do futuro, a que nos garante o conhecimento aplicado de amanhã. É preciso previsibilidade e confiança no financiamento de instituições científicas e de projetos de investigação, na fixação de cientistas em Portugal. Há que viabilizar a integração de doutorados nas empresas e fomentar parcerias para a investigação.

**Investir na educação** para assegurar o cumprimento da escolaridade para todos até ao fim do ensino secundário, para promover o sucesso educativo e a qualidade das aprendizagens das crianças e dos jovens, e para oferecer oportunidades e vias de formação profissional, politécnica e universitária adequadas às aspirações dos alunos e das famílias e às necessidades da economia e da sociedade portuguesa.

### 4. Reforçar a coesão social

O quarto pilar é o da coesão social, **devendo** assumir-se o **combate à pobreza e à exclusão social** não somente por razões de equidade, mas também por razões **de eficiência, de cidadania e de coesão social**.

É necessário **combater a pobreza e a exclusão social**, em especial a pobreza das crianças e dos jovens, devendo promover-se políticas públicas que assentem nos direitos de cidadania e não numa lógica de políticas casuístas, assistencialistas e caritativas. O combate à pobreza e à exclusão exige que o Estado governe em parceria e que mobilize a sociedade portuguesa para este combate.

O reforço da coesão social exige também a redução das desigualdades, não apenas por uma questão de justiça social, mas também enquanto elemento central de um modelo de

desenvolvimento que tenha em conta as necessidades de todos e de um modelo de funcionamento da economia que seja simultaneamente mais eficiente e mais justo.

É essencial uma política de **redução das desigualdades económicas e sociais que inclua** a correção na repartição do rendimento, bem como uma intervenção ativa do Estado enquanto elemento corretor das insuficiências do mercado em matéria de equidade.

Reduzir as desigualdades implica igualmente a rejeitar um modelo de desenvolvimento assente nos baixos salários e na subordinação dos direitos dos trabalhadores no quadro das relações laborais, e exige o combate à precariedade laboral nas suas diversas formas.

O reforço da coesão passa também por serviços públicos de educação e saúde de qualidade que, por um lado, garantam o acesso de todos os jovens à educação e formação de qualidade, reduzindo as desigualdades escolares que tanto condicionam as desigualdades sociais. E, por outro, garantam a todos os portugueses cuidados de saúde de qualidade, reduzindo o peso da saúde nos orçamentos das famílias.

Estes 4 eixos imprimem à agenda política de curto prazo uma coerência e um rumo estratégico, de forma a podermos responder a longo prazo aos desafios mais exigentes que Portugal tem de enfrentar.

A Agenda estratégica que propomos não é, assim, um documento fechado. É uma agenda em construção, que deverá ser enriquecida com contributos provenientes de diferentes fóruns, do diálogo com os parceiros sociais e outras associações, de cidadãos a título individual - designadamente pela via do nosso sítio participativo ([www.mobilizarportugal.pt](http://www.mobilizarportugal.pt)).

Queremos construir uma Agenda que mobilize a sociedade portuguesa para além das tradicionais fronteiras do Partido Socialista e que torne possível a construção de compromissos políticos e sociais em torno de políticas que nos permitam superar os desafios que enfrentamos.

**Assim, o próximo Congresso Nacional, a realizar na sequência das primárias, debaterá o contributo do PS para uma Agenda para a Década. Contributo que deve servir de base, após as eleições legislativas, ao diálogo político estruturado e a um acordo de concertação social estratégico.**

## PARA UM PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO

### Uma estratégia europeia para sair da crise

**A recuperação económica e social do nosso país tem de integrar um novo equilíbrio entre um sério cumprimento dos nossos compromissos externos, nomeadamente no quadro da União Económica e Monetária, o respeito das responsabilidades constitucionais e uma renovada capacidade para dar resposta às necessidades de desenvolvimento da nossa sociedade.**

Portugal necessita de reconstruir um largo compromisso nacional de apoio à nossa participação no projeto europeu. Se é verdade que esse compromisso não se esgota no modo como a política orçamental traduz as novas regras da União Europeia e da Zona Euro, é nesse plano que se colocam hoje algumas das opções mais relevantes para o nosso futuro.

A aposta de Portugal na integração europeia assenta na avaliação de que ela representa oportunidades que suplantam largamente os constrangimentos que também comporta. Contudo, para materializar essa realidade é necessária uma ação permanente para explorar os aspetos dos instrumentos comunitários que melhor servem as nossas necessidades de desenvolvimento sustentável. Com a aceitação do atual governo, motivada ideológica e politicamente, tem-se imposto uma leitura do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Tratado Orçamental que privilegia uma certa forma de estabilidade que acaba por prejudicar o crescimento, o emprego e a própria consolidação das finanças públicas. Temos de agir para mudar esse quadro. Os programas de ajustamento impostos aos países da Zona Euro estruturalmente menos desenvolvidos e, também por isso, mais atingidos pelo efeitos da crise financeira internacional de 2008, submergiram estas economias numa longa recessão.

Este legado de destruição económica não é explicado pela falta de cumprimento das medidas inscritas nos programas de austeridade, de cortes na despesa pública e de aumentos dos impostos. Pelo contrário: quanto maior foi a restritividade da política orçamental, maiores foram os desvios entre objetivos e resultados. Aqui, a situação portuguesa é paradigmática, uma vez que, entre os países periféricos da zona euro, foi em Portugal que se registou o maior aumento da dívida pública (o desvio em relação ao estimado ultrapassa mais de 20 pontos percentuais do produto interno bruto), precisamente o país cujo governo mais se identificou com os desígnios do programa de ajustamento e tudo fez por cumpri-los com redobrada intensidade.

A política orçamental deve saber tirar as lições dos erros cometidos nos últimos anos. A verdade é que a estratégia seguida pelo atual governo não permitiu cumprir os objetivos a que Portugal estava vinculado:

- o de garantir a sustentabilidade da dívida pública no médio prazo, cumprindo os compromissos internacionais a que o país está vinculado, e
- o de contribuir para a estabilização macroeconómica, evitando políticas orçamentais procíclicas que impeçam a economia de crescer e gerar emprego.

Assim, **os dois primeiros objetivos estratégicos de uma nova política orçamental devem ser:**

- Contribuir para a estabilização macroeconómica, o que significa, na presente situação de crescimento abaixo do potencial e de elevado desemprego, **dar prioridade à criação de emprego e de valor acrescentado nacional;**
- **Atingir o equilíbrio das contas públicas no médio prazo, numa situação duradoura de estabilidade económica.**

Embora o Pacto de Estabilidade e Crescimento e o Tratado Orçamental reconheçam que a política orçamental deve assumir, em regra, um cariz contracíclico, de estímulo à atividade económica em



períodos de recessão e de contenção em situações de crescimento, o atual governo tem seguido uma leitura fechada deste enquadramento institucional das finanças públicas europeias, prejudicando o crescimento económico e a criação de emprego. Nos últimos três anos, Portugal adotou uma política orçamental restritiva que, inevitavelmente, não só interrompeu a recuperação económica iniciada em 2010, como contribuiu para um longo período de recessão.

Na atual situação económica do país, prosseguir esta estratégia orçamental é comprometer o futuro. **Portugal necessita de alargar o espaço orçamental disponível que lhe permita conduzir uma política económica que mobilize todos os recursos disponíveis capazes de gerar crescimento económico e de criar emprego**, devendo apoiar ativamente as mais recentes iniciativas, à escala europeia, por uma aplicação inteligente e flexível do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Tratado Orçamental.

Assim, **a aplicação do Tratado Orçamental deve ter em conta três elementos:**

- O Tratado Orçamental prevê a **adequação da trajetória de ajustamento ao ciclo económico**, em especial no caso de situações de recessão económica graves. É preciso que todos, seja em Portugal seja na Europa, reconheçam a gravíssima situação económica e financeira do país, que justifica um tratamento ajustado nos termos previstos. Portugal tem toda a legitimidade para negociar com os seus parceiros europeus e as instituições da União um plano de recuperação económica alicerçado no investimento produtivo e criador de emprego.
- Com o Tratado Orçamental, o défice estrutural (o défice corrigido dos efeitos da conjuntura económica) passou a ser a variável mais importante para aferir a situação das contas públicas nacionais. É preciso estudar em profundidade as possibilidades que um recálculo do **defícite estrutural** poderia representar em termos de flexibilização das necessidades de ajustamento nos próximos anos.
- As próprias regras europeias favorecem que um país financie reformas estruturais de amplo impacto orçamental. Deveríamos procurar incluir nesse âmbito investimentos estruturantes onde Portugal apresenta défices históricos que não serão facilmente resolvidos no futuro próximo sem um forte **programa de investimento público: educação, formação, investigação científica, desenvolvimento científico e tecnológico**.

A prioridade à **recuperação da atividade económica** poderá exigir algumas adaptações das **regras da concorrência** a favor da competitividade da economia europeia, em particular nos casos dos países que apresentam défices de competitividade decorrentes da sua situação económica estrutural e dos desequilíbrios gerados pela moeda única. A negociação não deve apenas cingir-se à instância orçamental, mas abranger outras medidas que nos permitam implementar uma estratégia de investimento que assegure um desenvolvimento económico e social sustentável.

Esta abordagem é coerente e convergente com o posicionamento de Portugal no debate de fundo que se irá travar nos próximos anos na Europa, que é o do desenvolvimento dos países da periferia no seio da moeda única. Na verdade, a crise e a forma como a Europa respondeu à crise vieram acentuar divergências que a união monetária desenvolveu (contrariamente ao esperado aquando da sua criação), ao mesmo tempo que fragilizou a capacidade dos países em lhes responder, quer por efeito do aumento da dívida quer por deterioração das condições de competitividade (de que a emigração qualificada para o centro da Europa é uma das expressões). Corrigir este processo de divergência será o centro do debate europeu nos próximos anos e a nossa abordagem, ao colocar-se no foco do debate europeu, serve os interesses de Portugal na Europa.



## Passar de um programa de assistência financeira para um verdadeiro Programa de Recuperação Económica e do Emprego

O efeito acumulado da recessão económica de 2008/9 e do programa de ajustamento conduziu a uma destruição económica sem paralelo na nossa história recente. Para o PS é central que, após o programa de assistência financeira, Portugal se possa mobilizar em torno de um verdadeiro Programa de Recuperação Económica e do Emprego.

Para nós, esta recuperação tem que ser um processo aberto e transparente, cujos protagonistas serão os setores económicos, as empresas e os trabalhadores, cabendo às políticas públicas a criação das condições mais favoráveis, aos diversos níveis da governação.

### Este Programa de Recuperação deve ter como objetivos principais:

- A criação de emprego duradouro e sustentável;
- A recuperação do investimento empresarial;
- A promoção de uma maior equidade territorial;
- A redução dos nossos níveis de dependência económica;
- A recapitalização empresarial, especialmente das pequenas e médias empresas.

Para alcançar estes objetivos é essencial que o **programa se desenvolva de forma integrada**, envolva toda a sociedade portuguesa (parceiros económicos e sociais, autarquias locais e comunidade científica e do ensino superior) e se **concentre temporalmente** por forma a dar corpo a um impulso de mudança e a uma alteração da formação de expectativas.

O Programa de Recuperação Económica e do Emprego constitui, em si mesmo, um vetor do compromisso para a estabilidade e a confiança, assente numa lógica de esforço comum. Mas **esse programa não pode ser desligado de uma clara identificação de instrumentos e dimensões que garantam que o mesmo se desenvolve num quadro social e politicamente equilibrado.**

### Para o PS, são elementos centrais desse equilíbrio:

- Mobilizar a iniciativa e o potencial de investimento empresarial;
- A concertação social – palco de mobilização social;
- Uma nova geração de políticas de emprego;
- Travar a austeridade e restabelecer a confiança;
- Uma estratégia nacional de combate à pobreza infantil.

## Mobilizar a iniciativa e o potencial de investimento empresarial

Este Programa de Recuperação, fundamental para garantir uma inversão do ciclo económico e, portanto, ferramenta central para responder à emergência económica e social que vivemos, **tem de ser compatível com uma dinâmica estrutural de melhoria do nosso padrão de especialização económico. Tem, também, de ser compatível com a estratégia de modernização competitiva da economia portuguesa**, enfrentando, designadamente, os problemas resultantes da desintegração de um vasto tecido empresarial familiar de segunda e terceira geração e promover a revitalização da demografia empresarial. Deve, para cumprir esses propósitos, assumir a prioridade do investimento estratégico na ciência e no conhecimento, fomentar a modernização das empresas e assegurar a modernização do Estado. **Este Programa de Recuperação é, em simultâneo, uma resposta rápida às urgências do País e um arranque na direção correta contida na estratégia que apresentamos para a próxima década.**

O Programa de Recuperação deve, pois, **diferenciar positivamente as atividades económicas e os setores que o integram.**

As atividades económicas selecionadas para integrar o programa de recuperação **deverão possuir três características fundamentais**: contribuir de forma líquida para um impacto positivo nas relações económicas com o exterior, possuírem elevada capacidade de promoção direta e indireta de emprego e integrarem uma lógica de reforço da economia ambientalmente sustentável.

**O Programa de Recuperação Económica e do Emprego deve, pois, concentrar-se nos seguintes setores:**

- Agricultura, floresta e fileira agroindustrial;
- Indústria extrativa e transformadora;
- Serviços de apoio às empresas;
- Atividades turísticas;
- Atividades da fileira de regeneração e reabilitação urbanas;
- Iniciativas de elevado conteúdo inovador oriundas, designadamente, de parcerias com o sistema científico e universitário;
- Atividades económicas de proximidade, incluindo as áreas ambientais, sociais e criativas.

O Programa de Recuperação deverá integrar **quatro instrumentos principais**:

- O acesso a meios de financiamento em condições internacionalmente competitivas e que integrem recursos oriundos dos fundos europeus (integrados no Acordo de Parceria e outros), linhas de financiamento internacional (BEI, nomeadamente) e poupança nacional.
- Um quadro fiscal de excecionalidade que crie condições para favorecer significativamente os investimentos que se integrem neste programa e no seu quadro temporal (3 a 4 anos). Este enquadramento fiscal deverá incluir alterações no Imposto sobre Valor Acrescentado com impacto relevante na recuperação empresarial e do emprego.
- Um quadro de apoios à qualificação de ativos, nos setores inovadores e virados para a internacionalização, e de apoio à contratação de desempregados com particulares dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.
- Um conjunto de investimentos públicos prioritariamente destinados a reforçar o enquadramento competitivo das nossas atividades económicas, em ordem a reduzir custos de inserção dos setores transacionáveis nos mercados de destino e nas cadeias de valor globais. A prioridade à ferrovia e ao transporte marítimo deve ser acompanhada de uma aposta decidida na estrutura da rede logística de suporte e da redução dos custos energéticos.

Para que Portugal faça o melhor uso possível dos fundos europeus a que poderemos ter acesso nesse período, na perspetiva do Programa de Recuperação Económica e do Emprego, é urgente que o programa Portugal 2020 seja operacionalizado, sem prejuízo da reavaliação das Perspetivas Financeiras 2014-2020, o mais tardar até 2016.

### **A concertação social – palco de mobilização social**

O sucesso do Programa de Recuperação Económica e do Emprego passa por atribuir à concertação social um lugar central no processo de mudança e transformação económica e social. **O governo do PS levará a Agenda para a Década à Concertação Social, na medida em que ela será o horizonte para um Acordo de médio prazo que articule políticas económicas, fiscais, de emprego e de proteção social, tendo em vista um quadro estratégico que garanta um horizonte de estabilidade de objetivos e medidas.**

Como primeiro passo criador de confiança com os parceiros, proceder-se-á, no curto prazo, em sede de concertação social, a uma avaliação fundamentada e partilhada das consequências das

mudanças do passado recente no mercado de trabalho, em particular das que não envolveram os parceiros sociais.

Além disso, **é fundamental relançar a negociação coletiva por contraponto à política sistemática de desvalorização e desgaste a que esta tem sido submetida.** Em poucos anos, o número de trabalhadores cobertos por instrumentos coletivos de negociação coletiva diminuiu drasticamente. Será necessário atuar no curto prazo, em articulação com os parceiros sociais, para reverter a situação de rutura da contratação coletiva provocada por uma instabilidade da legislação laboral e por uma despromoção da negociação coletiva através de normas imperativas.

É preciso combinar a lógica de extensão da contratação coletiva através de portarias com uma efetiva promoção da expansão da negociação coletiva em articulação com os parceiros sociais, incentivando ativamente a implementação de estratégias negociais de ganhos para todas as partes.

**A dinamização da negociação setorial (em certas condições combinada com negociação ao nível das empresas) é importante como quadro de melhor proteção para mais trabalhadores. Mas ela é importante também para as empresas,** na medida em que contraria a competição baseada no dumping social, a qual penaliza principalmente as empresas com boas práticas de gestão dos recursos humanos e com sentido de responsabilidade social. A definição de normas setoriais pode reduzir a conflitualidade ao nível da empresa sobre salários e condições de trabalho, permitindo que as empresas centrem os seus esforços na perspetiva de promover a flexibilidade interna, isto é, na melhoria da organização do trabalho e da qualificação dos recursos humanos, como fatores-chave de competitividade e produtividade. Há, ainda, que ter em conta que a negociação setorial constitui um método de coordenação que pode prevenir a depressão salarial e a deflação e, por essa via, favorecer a procura interna indispensável ao crescimento económico.

### Políticas de emprego integradas com a estratégia de modernização económica

As principais debilidades da economia portuguesas estão centradas nos problemas profundos de competitividade, assentes sobretudo em défices de qualificações e de economias de aprendizagem, determinando estes défices a sua especialização e inserção no comércio internacional. A atual orientação para procurar aumentar a competitividade por via do embaratecimento do trabalho, agravada pela emigração maciça, nomeadamente de jovens qualificados, não é um caminho que ataque as verdadeiras razões dos nossos atrasos. Precisamos, isso sim, de **apostar no desenvolvimento e na fixação de população ativa mais qualificada, opção coerente com a necessária promoção da competitividade da economia nacional.**

Contudo, não seria admissível que essa aposta implicasse um aumento das desigualdades. Por isso, **precisamos de políticas ativas de emprego de dupla natureza.** Por um lado, as políticas ativas de emprego devem **suportar a solidez de um sector de bens transacionáveis cuja competitividade em mercados globais assente cada vez mais na intensidade do conhecimento e no emprego qualificado.** Por outro lado, as políticas públicas têm, também, de ser capazes de **promover setores com elevada capacidade de criação de emprego, que prestem serviços e produzam bens necessários à comunidade, e que abram oportunidades para empregar os trabalhadores menos qualificados e menos jovens,** combatendo assim o desemprego de longa duração.

Sem prejuízo de que as condições referidas não coincidem com públicos homogêneos, não deixa de ser útil a identificação de alvos prioritários.

**A aposta no desenvolvimento e fixação de recursos humanos mais qualificados terá como grupo-alvo prioritário os jovens, devendo ser mobilizados com urgência os recursos disponibilizados pela iniciativa comunitária da Garantia Jovem, que pode e deve ser reforçada.**

Neste domínio, exemplo de más práticas é a política de estágios profissionais do atual governo (sem prioridades, sem seletividade sectorial e empresarial, quase integralmente subsidiados), a qual, permitindo a mera substituição rotativa de estagiários, teve o efeito de generalizar a precariedade do emprego jovem. **Precisamos, pelo contrário, de uma política seletiva de estágios e apoios à contratação de jovens qualificados em setores de elevado valor acrescentado e em setores potencialmente exportadores.** Esta aposta passa por promover uma ligação muito mais intensa entre as universidades, os politécnicos e as empresas.

**A reconversão e modernização da estrutura produtiva do País poderá criar novas ameaças ao emprego dos menos jovens e dos menos qualificados.** Esta “geração do meio”, com elevado risco de desemprego de longa duração, terá de ser alvo prioritário de outra vertente das políticas ativas de emprego: a recuperação de ativos, incluindo a reconversão profissional, promovendo o emprego em setores com elevada mobilização do fator trabalho. Um elemento desta resposta passará por desencadear um **Programa Nacional de Apoio à Economia Social e Solidária**, destinado a promover a criação de emprego e a coesão social em articulação com outras políticas públicas, incluindo também a promoção de instrumentos como a Banca Ética, a Responsabilidade Social das empresas e os contratos públicos com cláusulas sociais.

Especial atenção deve ser dada à articulação entre as duas dimensões desta política ativa de emprego.

Um primeiro aspeto dessa articulação passa pela formação. É **preciso consolidar um sistema de formação de adultos, numa lógica de aprendizagem ao longo da vida**, assente em atividades de requalificação profissional, que permita a recuperação, qualificação e atualização de muitas centenas de milhares de portugueses, com aprendizagens adquiridas acima das qualificações escolares, e que as podem complementar com formação formal, num sistema de créditos e passadeiras, com dupla-certificação escolar e profissional.

Outro aspeto dessa articulação passa pelo emprego. Temos de ser capazes de, simultaneamente, responder a um brutal estrangulamento na entrada dos jovens no mercado de trabalho e impedir a inatividade precoce de trabalhadores na fase final da sua carreira profissional. A resposta não passará por reformas antecipadas, não só por causa do seu impacto na sustentabilidade da segurança social, mas também porque não ajuda a resolver os problemas do envelhecimento ativo.

É, no entanto, possível desenvolver alternativas que procurem agir positivamente nos dois planos. **O lançamento de um programa ambicioso de reformas a tempo parcial sob condição de contratação de jovens desempregados pode ser uma resposta.**

Trata-se de criar a possibilidade de trabalho a tempo parcial e reforma parcial nos últimos anos da carreira contributiva, a ser incentivada sob condição de a empresa ou entidade contratar jovens desempregados. Com uma dimensão adequada, esta iniciativa pode transformar-se numa verdadeira reforma estrutural para algumas atividades económicas, combinando diminuição do desemprego jovem com renovação dos quadros empresariais, preservação de competências existentes e defesa da sustentabilidade da segurança social.

Este programa deverá ter um período limitado de aplicação por forma a ampliar o potencial de adesão e o seu efeito de demonstração. Tratando-se de uma renovação estrutural dos quadros empresariais, poderá ser financiada pelos fundos europeus, minimizando os custos para a sustentabilidade da Segurança Social e garantindo a não penalização das pensões.

É preciso continuar a estudar mecanismos que permitam às pessoas beneficiar de novas formas de organização do trabalho ao longo da vida, favoráveis à conciliação entre a vida pessoal, a vida familiar e a vida profissional, em diferentes idades e com respostas adaptáveis a diferentes situações, incluindo, por exemplo, a partilha de responsabilidades parentais, necessidades

especiais de assistência familiar ou novas formas de partilha do trabalho que facilitem a inserção na vida ativa.

### Travar a austeridade – Restabelecer a confiança

O emprego é o nó decisivo da ligação entre a competitividade e o crescimento económico e os padrões de coesão social e de bem-estar de milhões de portuguesas e portugueses. Em qualquer situação, mas mais ainda perante os resultados da espiral negativa dos últimos anos, temos de **agir numa perspetiva de promoção do Trabalho Digno**. É preocupante que em Portugal haja cada vez mais pessoas cujos rendimentos do trabalho estão abaixo da linha de pobreza. Isso é inadmissível – desde logo, por uma questão de cidadania e de dignidade. Para fazer face a esta situação, é preciso combinar políticas económicas e fiscais de recuperação do rendimento disponível, políticas de promoção do emprego, de respeito pelos direitos no trabalho, de participação e representação dos trabalhadores, de proteção social promotora de inclusão e igualdade de oportunidades, e promoção do diálogo social.

O reforço da concertação social deve permitir definir uma política de rendimentos numa perspetiva de Trabalho Digno – e, em particular, **garantir a revalorização do salário mínimo nacional**. É urgente recuperar a capacidade política de diálogo social que permitiu a um governo socialista celebrar em 2006, pela primeira vez em Portugal, um acordo tripartido sobre o salário mínimo. Este acordo, que garantiu uma subida histórica em termos reais, previa que o salário mínimo atingisse os 500 euros em 2011.

Em 2010, a crise económica impediu o cumprimento integral do acordo, pelo que ao longo de todo o programa de ajustamento o salário mínimo manteve-se congelado nos 485 euros. Mesmo depois da saída da *Troika*, o governo PSD/CDS tem recusado juntar-se ao consenso que existe entre parceiros sociais sobre a necessidade de aumentar o salário mínimo.

É urgente recuperar o tempo perdido e garantir aos trabalhadores uma valorização progressiva do seu trabalho, conciliando o objetivo de reforço da coesão social com o da sustentabilidade da política salarial. Se o salário mínimo nacional tivesse sido aumentado para 500 euros em 2011, e posteriormente ajustado à evolução da inflação desde então, seria de 522 euros em 2015. O Partido Socialista defende, por um lado, que **522 euros deve ser o valor de referência para o aumento do salário mínimo no próximo ano** e, por outro lado, que é fundamental construir com os parceiros sociais um **novo acordo de médio prazo que defina os critérios e uma trajetória para o aumento do salário mínimo nos próximos anos**.

**A tendência de precarização do mercado de trabalho não é nova, mas acentuou-se fortemente nos últimos três anos, em especial entre os jovens**, estando em crescendo também noutras gerações de trabalhadores.

As chamadas formas atípicas de trabalho (dos contratos a termo e por via de agências de trabalho temporário, ao abuso dos estágios e do trabalho independente) são instrumentos de flexibilidade que podem, no entanto, ser lesivos do bem-estar e dos projetos de vida individuais e familiares. E, também, das finanças públicas, pela sobrecarga que representam para a proteção social devido às transições mais frequentes para períodos de desemprego. Acresce que o trabalho formalmente independente (“recibos verdes”), além de implicar uma situação de desproteção relativa de quem se encontra nessa situação, corresponde não raramente a situações de trabalho dependente mascarado.

As mudanças das leis laborais nos últimos anos, que aproximaram Portugal da média europeia no que toca ao indicador da Legislação de Proteção do Emprego da OCDE, diminuíram, e muito, a rigidez da nossa legislação, incluindo nos custos de despedimento. **Torna-se, por isso, ainda mais desaconselhável o uso sistemático de formas precárias de contratação. É ainda mais inaceitável**



**e injustificável o recurso fraudulento a trabalho independente quando estamos perante verdadeiros postos de trabalho**, que têm de ser reconhecidos como tal.

Neste sentido, é fundamental traçar prioridades políticas claras para uma regulação do mercado de trabalho equilibrada e modernizadora:

- Tornar menos atrativo para os empregadores, nomeadamente via diferenciação da TSU, o recurso às formas precárias de trabalho, por comparação com as formas mais estáveis, encarecendo as primeiras e bonificando as segundas (como aliás chegou a ser acordado em concertação social, com efeito financeiro neutro no sistema de segurança social, tendo o atual governo “rasgado” o acordo).
- Avançar para uma revisão da legislação laboral, de forma negociada com os parceiros sociais, de modo a tornar mais expedito o combate à precariedade ilegal, por exemplo afinando os mecanismos legais de verificação da dependência nas relações de trabalho e de agilização do seu reconhecimento.
- Introduzir nas regras de contratação pública e de acesso aos apoios públicos a apresentação por parte das empresas de garantias de verificação da conformidade com os princípios da legislação laboral em vigor.

Do ponto de vista da regulação do mercado de trabalho, a existência de regras equilibradas, estáveis e reconhecidas por todos é essencial. **E é também fundamental, como em qualquer mercado, que as regras sejam efetivamente cumpridas**, quer pelos agentes empresariais, quer pelos trabalhadores, o que requer o reforço dos meios inspetivos existentes, aproximando Portugal do rácio recomendado pela OIT.

**O prolongado período de crise que Portugal vive desde a grande recessão produziu resultados muito negativos no equilíbrio dos sistemas sociais.** No caso da Segurança Social esse efeito foi de dupla natureza: uma continuada degradação das receitas contributivas e um acréscimo das despesas associadas ao crescimento do desemprego, mesmo num quadro em que se degradaram, por lei, as condições de proteção social no desemprego.

O efeito da destruição de emprego, do lado das contribuições e das prestações sociais, produziu um impacto financeiro de elevada dimensão. **Considerando apenas o efeito emprego, ou seja, não considerando o efeito da crise na quebra de salários, poderemos avaliar em mais 8000 milhões de euros o impacto nas contas da Segurança Social** entre 2009 e 2013. Esta descapitalização degradou conjuntamente a situação financeira deste sistema numa elevada dimensão.

Após as reformas realizadas na passada década, o sistema de segurança social, e em particular o sistema de pensões, apresentava um cenário de evolução que era, na União Europeia, dos mais sustentáveis no longo prazo. Tal facto foi reconhecido de forma muito alargada, também no plano internacional.

Para o PS é fundamental que o país reponha gradualmente as condições económicas e financeiras que garantam uma expectativa séria e fundamentada de sustentabilidade dos sistemas sociais e de previsibilidade na formação dos rendimentos, particularmente dos mais idosos, já impossibilitados de reagir a quebras significativas do seu padrão de vida.

Esta recuperação tem de ser concretizada através de **princípios claros que sejam capazes de gerar resultados económicos e sociais previsíveis e transparentes**, com base nos seguintes eixos:

- Estabilidade nas prestações sociais já atribuídas, particularmente nas pensões de velhice e invalidez;
- Convergência efetiva dos vários sistemas de proteção – nomeadamente nas pensões – com a aplicação futura de regras únicas de formação de direitos;

- Simplificação dos sistemas de prestações sociais reforçando a sua transparência e previsibilidade (promovendo o acesso efetivo às prestações a que se tem direito, fomentando a transparência na construção dos direitos ao longo do tempo, garantindo a previsibilidade dos valores das prestações);
- Responsabilidade do Estado pela reposição progressiva das condições de equilíbrio dos sistemas de proteção social. (O futuro programa eleitoral do PS indicará claramente o ritmo desta reposição.)

### Uma estratégia nacional de combate à pobreza infantil

O balanço de três anos de políticas de empobrecimento em termos sociais é hoje claro: inversão do ciclo de redução das desigualdades e da pobreza que Portugal vinha trilhando nos últimos anos; aumento da exclusão social e da pobreza, principalmente das crianças e dos jovens; acentuar das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, verificou-se um recuo generalizado das políticas sociais, bem expresso na redução de mais de 25% dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, precisamente num período em que a medida mais seria necessária.

**O combate à pobreza e à exclusão social não pode ser alheio às políticas de correção das desigualdades sociais**, porque as desigualdades sociais geram e acentuam a pobreza e a exclusão social. Uma economia assente em baixos salários e na desvalorização do trabalho, com fortíssimos desequilíbrios na repartição funcional do rendimento primário, constitui fator fundamental no aprofundar estrutural da pobreza.

Uma política económica que promova a redução das desigualdades não é somente uma questão de justiça social; ela aponta também para um modelo de desenvolvimento que tenda a ser simultaneamente mais eficiente e mais justo. **A pobreza não é um problema dos pobres: é uma violação dos direitos de cidadania que coloca em causa a nossa vivência democrática; é um obstáculo ao desenvolvimento económico e é, em particular a pobreza extrema, um fator de fragilização da coesão social.**

As políticas sociais não podem alhear-se do facto de que vivemos tempos de forte contenção orçamental. Desde logo, porque é precisamente em períodos de crise que as políticas sociais são mais ainda mais necessárias. Depois, porque é necessário um rigor acrescido na aplicação dos recursos, de forma a alcançar ganhos de eficiência. E, ainda, porque as políticas sociais não podem ser exclusivamente um processo de transferência de recursos financeiros para as famílias mais carenciadas; é necessário que elas constituam efetivamente uma alavanca no processo de inserção social das famílias e dos indivíduos mais pobres na sociedade.

O combate à pobreza e à exclusão social não pode ser adequadamente servido por políticas casuísticas ou assistencialistas. Esse combate não pode ser tarefa apenas de um sector governativo, mas uma responsabilidade partilhada. Além de ser necessário assegurar a complementaridade efetiva das diferentes políticas sociais, é preciso ser mais abrangente: **os impactos sobre a pobreza devem ser um elemento de avaliação das diferentes políticas públicas.** Por outro lado, para conseguir erradicar a pobreza, **o Estado deve assumir as suas responsabilidades apoiado numa governação em parceria**, envolvendo as organizações da sociedade civil, designadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Sendo um combate de cidadania, é preciso ganhar as populações – e os serviços públicos – para estes objetivos e para as políticas necessárias à sua concretização. Para tanto, **as políticas sociais têm que ser claras, os seus objetivos e instrumentos explicitados, os seus resultados devidamente avaliados.** No combate à pobreza e à exclusão social **devem ser definidas metas,** associadas a uma responsabilização clara dos decisores políticos.

**O governo do PS assumirá como objetivo prioritário a redução do número de crianças e jovens em situação de pobreza e de precariedade social.** A prossecução desse objetivo, que se impõe por si próprio como meta incontornável em termos de justiça social, é, além disso, **instrumento para uma redução sustentada das desigualdades no médio e longo prazo, por reforçar as condições para uma efetiva igualdade de oportunidades.**

As políticas a desenvolver devem **conjugam políticas de transferências de recursos** para as famílias com crianças e jovens em situação de pobreza **com medidas complementares do lado do sistema educativo e do sistema de saúde.** No caso de políticas de transferências de recursos, particular cuidado deverá ser dado à definição das populações-alvo, de modo a evitar a utilização abusiva dos recursos. A condição de recursos deve continuar a ser um critério fundamental, mas a avaliação do rendimento da família deve ter igualmente em conta características particulares que traduzam fortes níveis de precariedade social: privação material no acesso a bens e serviços básicos, famílias excluídas da atividade produtiva, famílias altamente endividadas, níveis de educação e saúde dos pais, etc. As medidas de apoio por via do sistema educativo e de saúde devem depender da idade das crianças e dos jovens, os recursos despendidos no âmbito desta política devem quantificáveis de forma independente, de modo a possibilitar uma avaliação efetiva da sua eficácia e eficiência.

O investimento político que uma certa direita tem feito em desacreditar políticas sociais decididas, guiadas por direitos de cidadania, torna ainda mais importante um esforço acrescido para garantir uma monitorização efetiva destas políticas. Por isso, será desenvolvida uma medida de controlo e de avaliação da situação de precariedade das crianças, uma medida de carácter multidimensional, que tenha em conta os recursos monetários que a sua família auferir, mas igualmente indicadores de privação material e de acesso a bens e serviços.



## PORTUGAL NA EUROPA – UMA NOVA ATITUDE

### Da crise financeira à crise das dívidas soberanas

Em Setembro de 2008 eclodiu a maior crise financeira internacional dos últimos 80 anos. Para lhe responder, a Comissão e os Estados-Membros acordaram programas de estímulo que visavam evitar a falência do sector financeiro, o colapso da economia e a explosão do desemprego. Como os programas de estímulo foram financiados exclusivamente pelos orçamentos nacionais, os défices orçamentais dos países e as dívidas públicas subiram de forma acentuada. Tais subidas são, portanto, uma consequência da resposta à crise concertada ao nível europeu, não a sua causa.

Mas esta resposta inicial à crise acabou por revelar fragilidades fundamentais na arquitetura da zona euro. No início de 2010, a descoberta de que o governo de direita grego tinha adulterado os números da dívida e do défice ao longo de anos, e o facto de a Alemanha e outros países da zona euro terem recusado dar uma resposta solidária à consequente crise da dívida pública grega, abalaram os mercados financeiros. À época, o BCE estava ainda longe da posição de força que viria a adotar a partir de 2012 e os diferentes países da zona euro, sobretudo os da periferia, apresentavam défices orçamentais elevados pelas razões anteriormente expostas.

Surgia assim a crise das dívidas soberanas, que se explica, portanto, pelas limitações institucionais da União Económica e Monetária e pela falta de vontade política de alguns governos nacionais em dar uma resposta à crise que levasse em linha de conta as assimetrias entre os diferentes países da zona euro. Entre 2008 e 2011, a assistência financeira ao sistema bancário e a quebra de receitas decorrente da recessão económica agravaram ainda mais os défices públicos e a especulação sobre os juros das dívidas soberanas, de tal forma que vários países acabaram por perder o acesso ao financiamento de mercado e tiveram de sujeitar-se a onerosos programas de ajustamento para obterem assistência financeira pública.

Tudo isto significa que, até 2007, as dívidas soberanas não foram, de todo, as principais responsáveis pelos desequilíbrios que criaram vulnerabilidades nos países da periferia europeia. Na verdade, a dívida do sector privado cresceu de 1999 a 2007 várias vezes mais que a dívida do sector público no conjunto dos países periféricos. Em 2007 o rácio da dívida pública portuguesa era ainda inferior à média europeia. Foi sobretudo a explosão do endividamento privado — tornado possível pelos empréstimos fáceis dos bancos dos países excedentários aos bancos da periferia — o responsável pelo crescimento da dívida externa nacional.

No caso português, se a ajuda externa e o respetivo memorando de entendimento visavam não apenas garantir o refinanciamento da dívida pública, mas também reduzir o seu peso e controlar o défice orçamental, a verdade é que falhou e apenas agravou a crise em vez de a resolver. O colossal erro de pretender “ir além da Troika” e concentrar a maior parte do ajustamento no início do programa contribuiu decisivamente para agravar a recessão, criou dificuldades à execução orçamental e levou a que o rácio da dívida pública acabasse por aumentar. Nunca a dívida foi tão elevada como hoje, a despesa não está controlada, os impostos aumentaram, o défice orçamental permanece um problema, o país empobreceu.

## A resposta à crise não está fora da União Europeia

**A Europa foi enfraquecida por seis anos de crise: economicamente**, pela recessão; **socialmente**, pelo desemprego maciço; **politicamente**, porque perdeu legitimidade aos olhos dos cidadãos pela forma incompetente como reagiu às crises.

A forma como a Europa respondeu à crise foi, em si mesma, fator de fragilização da própria construção europeia. A concretização dos programas de ajustamento transformou a relação entre Estados-Membros iguais numa relação de poder entre credores e devedores. Nessa relação, os credores desconfiam dos comportamentos de risco dos devedores, ao mesmo tempo que agem com desconfiança face às instituições comunitárias, diminuindo o papel da Comissão Europeia na gestão da assistência financeira. O enfraquecimento da Comissão Europeia esteve a par do regresso em força de um intergovernamentalismo agressivo, mais centrado nos interesses particulares de certos Estados Membros do que no interesse comum. Neste quadro, a ideia de governação económica europeia foi capturada por uma visão unilateral e ideologicamente enformada da disciplina orçamental, procurando impor reformas estruturais orientadas para a desregulação dos mercados, a compressão salarial e o recuo nos direitos sociais. Com a crise, a ideia de reforço da coesão perdeu a centralidade política que acompanhara sucessivas fases de alargamento da Europa Comunitária.

A crise lembrou, a quem o tivesse esquecido, que a Europa não se legitima apenas politicamente. A construção europeia requer igualmente um continuado processo de legitimação económica, já que a Europa é também um projeto de prosperidade partilhada. É assim que, também em Portugal, há quem explore politicamente a perceção de que a Europa se distrai das nossas necessidades nos momentos difíceis. Contudo, **a tentação de virar as costas à Europa seria um erro grave**. Não podemos perder de vista que a criação do euro também devia servir para proteger os países face aos perigos da globalização financeira – e ter presente que esses perigos aumentaram ao longo dos últimos vinte anos.

Por toda a Europa, socialistas, social-democratas e trabalhistas têm visto reduzir-se a margem de manobra para implementar políticas fiscais redistributivas, financiar investimento público e reforçar o Estado social. Essas políticas, e o próprio modelo social europeu, são ameaçadas por transformações económicas reais: a liberalização da circulação de capitais no quadro da globalização e financeirização da economia diminui drasticamente a autonomia dos poderes democráticos e deixa o financiamento das dívidas soberanas demasiado dependente das perceções e interesses dos mercados financeiros.

É certo que, afinal, o euro não estava preparado para nos proteger do potencial de desestabilização da finança global liberalizada. Mas também é certo que, **fora da Europa, ou numa Europa mais fraca, estaríamos ainda mais expostos aos riscos da globalização**. O caminho não passa, pois, por desistir da Europa ou regressar a qualquer ideal de autarcia. **O caminho passa por renovar o nosso empenhamento na Europa, em trabalharmos para fazer da moeda comum um vetor de prosperidade e convergência**.

## Uma nova atitude de Portugal na Europa

**O governo do PS terá de liderar um novo empenhamento europeu de Portugal, porque há muito a fazer na Europa para avançarmos em direção a uma prosperidade partilhada.**

**É preciso trabalhar para transformar promessas de convergência em realidade efetiva,** garantindo maior complementaridade na circulação dos fatores de produção, de modo a que à maior mobilidade do trabalho corresponda também uma maior circulação dos excedentes de poupança para o financiamento de projetos de investimento empresarial nas regiões menos desenvolvidas da zona euro.

**É preciso trabalhar para eliminar fatores de distorção do funcionamento da zona euro que são prejudiciais ao nosso desenvolvimento,** fazendo convergir as condições de financiamento que prevalecem nos países membros da zona do euro. Se uma certa dispersão é inevitável devido à heterogeneidade dos sistemas bancários e à disparidade dos níveis de risco, a situação atual está em contradição com o que se pode esperar do funcionamento de uma moeda comum. É preciso assegurar que a política monetária do BCE, expressa numa reduzida taxa de juro nos empréstimos ao setor financeiro, se comunica à economia real pela redução das taxas de juro que lhe são aplicadas.

**É preciso voltar a colocar os direitos das pessoas no centro da construção europeia.** Por exemplo, a solução para o desemprego não estará na emigração – a liberdade de circulação não pode ser confundida com necessidade de circulação –, mas aqueles que escolhem ou são levados a trabalhar fora das fronteiras nacionais, como tem sido o caso de dezenas de milhares de portugueses recentemente, não podem ser penalizados por uma portabilidade insuficiente das qualificações e dos direitos sociais.

Durante décadas, Portugal foi um país euro-entusiasta: o consenso político entre o PS e o PSD em torno da questão europeia deu expressão a um apoio popular maioritário à integração de Portugal na União Europeia. Se a crise acabou com esse entusiasmo, o governo PSD/CDS, em três anos, acabou com esse consenso: foi esse o resultado de ter adotado uma postura na relação com a UE que os portugueses frequentemente perceberam, corretamente, como submissão aos interesses de outros Estados e como demissão do seu dever de defesa do interesse nacional.

**Portugal precisa de um governo com uma nova atitude na Europa.** Um governo que, apoiado em compromissos internos tão alargados quanto possível, seja capaz de estabelecer alianças com outros Estados Membros com interesses objetivos convergentes com os portugueses, de forma a conseguir a prossecução dos objetivos estratégicos do País, quer no quadro das negociações a 28, quer no quadro da zona euro.

Portugal tem de estar na Europa consciente e mobilizado para trabalhar pelos nossos interesses próprios como Estado-Membro. Isso passa, desde logo, por **trabalhar pelo objetivo de completar a arquitetura do euro a tempo de o salvar.** A crise tornou evidente essa necessidade, o que se começou a fazer a partir de 2010, dotando a zona de um mecanismo de assistência financeira aos países em dificuldades, de mecanismos reforçados de vigilância orçamental, macroeconómica e macrofinanceira, e de um controlo integrado dos grandes bancos. Este processo tem de ser concluído. É necessário que se acionem efetivamente outras instituições e mecanismos que têm

vindo a ser anunciados, mas não concretizados. É o caso do Mecanismo Europeu de Garantia de Depósitos.

### Corrigir as assimetrias e recuperar a economia e o emprego

Para concretizar as vantagens que a moeda única pode trazer, sem a ameaça permanente de novas desestabilizações particularmente penalizadoras para alguns dos países membros, **a Europa precisa de se dotar de mecanismos permanentes de redução de assimetrias entre Estados-Membros**. É preciso acompanhar a evolução das propostas que têm vindo a ser feitas para o reforço da convergência económica e social e a **criação de mecanismos de absorção de choques e de estabilização automática**, como o fundo de estabilização macroeconómica sob a forma de um sistema de seguro de desemprego europeu, ou um seguro contra choques conjunturais na zona euro provocados por quebras intensas de atividade económica.

**A otimização da união monetária exige o reforço das políticas de convergência** de modo a contrariar a dinâmica de aprofundamento das assimetrias no seio da zona euro.

Com uma nova atitude na Europa, um novo governo do PS terá de lutar, a nível europeu, por políticas que favoreçam o crescimento da economia e do emprego e que tornem possível esse programa de recuperação económica. É fundamental que se aproveitem as oportunidades abertas pelo novo ciclo nas instituições europeias, com o novo Parlamento Europeu e a nova Comissão Europeia. O PS acompanha o Grupo dos Socialistas e Democratas no PE nas suas propostas para tornar as metas para a redução do défice e da dívida pública compatíveis com novas políticas de crescimento e com estímulos ao investimento público e privado e à criação de emprego.

O PS sublinha também que esta nova atitude na Europa implica que o Governo de Portugal se interesse ativamente pela evolução das propostas que têm vindo a ser feitas ao mais alto nível na União Europeia, algumas delas pelo novo Presidente da Comissão Europeia, e que podem favorecer o crescimento e o emprego, nomeadamente: a criação de um mecanismo permanente de redução de assimetrias entre países da moeda única, capaz de melhorar a resiliência da área do euro e reduzir os custos associados aos ajustamentos macroeconómicos, através de uma solidariedade orçamental exercida ao longo dos ciclos económicos; apoio europeu à realização de reformas estruturais que tenham custos de curto prazo; um programa de investimento europeu para os países da periferia com maiores taxas de desemprego.

É no quadro da negociação destas novas políticas europeias que o PS se deve comprometer a trabalhar para encontrar um novo equilíbrio entre os compromissos assumidos em matéria orçamental, a necessidade de reduzir os custos da dívida pública e a urgência de políticas para mais crescimento e emprego. **Estamos cientes da utilidade de se continuar a estudar as modalidades concretas que poderão tomar as soluções concertadas no quadro europeu para reduzir o afogo da dívida pública** e não desperdiçaremos as iniciativas que sejam capazes de dinamizar novos compromissos nessa matéria, tanto no plano do pensamento económico como no plano político.

Queremos mudar a Europa, mas não vamos ficar à espera que a Europa mude para fazer o nosso trabalho. **Depois do programa de ajustamento, e vistos os seus efeitos, Portugal precisa de um programa de recuperação.** Para o implementar, vamos explorar intensamente todos os graus de liberdade que existem presentemente nos instrumentos comunitários, sem deixar de trabalhar para a necessária reforma das políticas europeias.

**Numa negociação entre 28 Estados-membros, que decorre numa estrutura institucional complexa e que envolve várias famílias políticas ao nível europeu, ninguém pode prometer resultados. Mas Portugal precisa de um novo governo que se comprometa com a iniciativa e a busca do melhor quadro da defesa do interesse nacional.**

**Em síntese, Portugal precisa simultaneamente de assumir uma nova atitude na Europa, de lançar um Programa de Recuperação Económica e de se comprometer com uma Agenda para a Década, uma visão estratégica e de um rumo de estabilidade e confiança, que consolide uma sociedade decente e um Estado mais democrático.**

**Portugal precisa de um PS forte, capaz de agregar uma nova maioria,** que afirme a alternativa para os portugueses ambicionarem.

Esta moção fixa as **Grandes Opções de Governo**, que a **Agenda para a Década** a submeter ao próximo Congresso Nacional do PS e o **Programa de Governo** a apresentar antes das eleições legislativas irão desenvolver e concretizar.

## Índice

RAZÕES PARA AGIR .....	1
A RESPONSABILIDADE DO PS .....	3
UM COMPROMISSO PARA A ESTABILIDADE E A CONFIANÇA.....	5
Estabilidade e Confiança – pilares de uma nova política .....	5
Garantir uma sociedade decente .....	5
Um Estado mais democrático .....	6
Roteiro para a alternativa .....	8
UMA AGENDA PARA A DÉCADA .....	10
1. Valorizar os nossos recursos: as pessoas, o território, as comunidades, a lusofonia .....	10
2. Modernizar as empresas e do Estado .....	11
3. Investir no futuro .....	12
4. Reforçar a coesão social .....	12
PARA UM PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO .....	14
Uma estratégia europeia para sair da crise .....	14
Passar de um programa de assistência financeira para um verdadeiro Programa de Recuperação Económica e do Emprego.....	16
Mobilizar a iniciativa e o potencial de investimento empresarial .....	16
A concertação social – palco de mobilização social .....	17
Políticas de emprego integradas com a estratégia de modernização económica.....	18
Travar a austeridade - Restabelecer a confiança .....	20
Uma estratégia nacional de combate à pobreza infantil .....	22
PORTUGAL NA EUROPA – UMA NOVA ATITUDE.....	24
Da crise financeira à crise das dívidas soberanas .....	24
A resposta à crise não está fora da União Europeia .....	25
Uma nova atitude de Portugal na Europa .....	26
Corrigir as assimetrias e recuperar a economia e o emprego .....	27